

GEOGRAFIA E INDICADORES SOCIAIS: BUSCANDO O ESTABELECIMENTO DE BASES PARA UMA APROXIMAÇÃO MAIS FECUNDA¹

JOSÉ CARLOS MILLÉO²
Departamento de Geografia
Universidade Federal Fluminense

Em tempos recentes é nítido o interesse, advindo das mais diversas frentes de pesquisa, em torno dos indicadores sociais. Um debate vigoroso tem se estabelecido em torno de metodologias de captação do estado em que se encontra a sociedade e tem ecoado sobre conceitos como qualidade de vida, nível de vida, índices de desenvolvimento, etc. Por outro lado há, ainda, de parte da Geografia, uma reduzida consideração sobre os indicadores sociais como objeto de estudo em si. Esta não deixa de ser uma curiosa posição para uma das poucas ciências que pôde experimentar nos indicadores uma intimidade tremendamente estreita, desde o momento de seu surgimento em meados da década de 1960. O argumento defendido neste artigo é de que não faltam razões para que a ciência geográfica mergulhe no desvendamento destas relações buscando uma densidade teórica a respeito deste instrumental, já alcançada, por exemplo, no âmbito da Economia ou da Sociologia.

Raffestin(1980) talvez seja o autor mais comumente lembrado, em virtude de seu já clássico “Por Uma Geografia do Poder”, quando põe em questão a relação entre Geografia e instrumentos de coleta e análise de informação sobre uma sociedade ou um grupo específico de pessoas. Infelizmente, as considerações de Raffestin, como se verá adiante, estão mais voltadas para as questões ligadas à relação entre posse de informação e de poder, em especial às informações que o recenseamento pode disponibilizar ao Estado ou empresas privadas, o que apenas

¹ Versão revista de parte do segundo capítulo da tese de doutorado do autor.

² Email: jcami@uol.com.br

arranha a questão da análise das formas de representação e realidade representada.

Os indicadores sociais são exemplo claro desta, digamos, negligência, na medida em que permanecem dentro da Geografia como um campo pouco explorado, provavelmente porque são vistos como representação do existente mas muito pouco como criadores de uma nova existência ao circunstanciar ações futuras, ao criar identidades enquanto destroem outras.

Por conseguinte, este artigo não argumenta apenas sobre o exercício de um resgate histórico. Os indicadores sociais são um instrumental técnico que nasce com uma função bastante definida dentro da crise que o regime de acumulação fordista estava atravessando e na qual o keynesianismo recompôs suas bases ao menos momentaneamente³. Tentaremos, portanto, justificar a proposição dos indicadores sociais como objetos que, ao se prestarem à representação do espaço social, criam, eles próprios, um determinado espaço social na medida em que facilitam e constroem ações.

Neste sentido um apontamento importante a ser feito é aquele que procura projetar os indicadores sociais para além de sua consideração como mera estatística referida ao social. Assim, o objetivo aqui é propor, e iniciar, uma discussão que sirva ao embasamento de uma abordagem dos indicadores sociais a partir de um conjunto conceitual para o qual a Geografia apresenta contribuições bastante expressivas. Está-se falando aqui, especificamente, dos aportes teóricos provindos da sociologia do conhecimento que dão início à aproximação e embasamento defendido. Completa o quadro deste primeiro momento a defesa da observação dos indicadores sociais como um objeto técnico (SANTOS, 1996) funcional à racionalização do espaço segundo determinados interesses.

Espaço e racionalidade como relação fundamental na compreensão dos indicadores sociais

No estudo do espaço urbano, já é consideravelmente generalizada a concepção que procura desvendar sua produção tendo por base a contraposição entre duas lógicas. Ana Fani Carlos (2001), por exemplo, ao analisar o prolongamento da Avenida Faria Lima, dentro da cidade de São Paulo, propõe que:

No mundo moderno a prática socioespacial revela a contradição entre a produção de um espaço em função das necessidades econômicas e políticas e ao mesmo tempo a reprodução do espaço da vida social. No primeiro caso, a reprodução do espaço se dá pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço como condição/ produto da produção, revelando as contradições que o capitalismo

³ Para um histórico pormenorizado da construção e utilização dos indicadores pelas Ciências Sociais, bem como sua função dentro da crise do regime de acumulação fordista, ver Milléo (2005).

suscita em seu desenvolvimento, o que impõe limites e barreiras a sua reprodução. No segundo caso a reprodução da vida na metrópole se realiza na relação contraditória entre a necessidade e o desejo, o uso e a troca, a identidade e a não-identidade, o estranhamento e o reconhecimento que permeiam a prática sócio-espacial. Nesse momento o aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho se baseia em uma nova racionalidade, apoiada no emprego do saber e da técnica aplicada à produção, à gestão e à supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço por meio do controle e da vigilância (p.18).

Este é o caminho escolhido pela autora em sua empreitada: examinar o processo de reprodução do espaço urbano de uma grande metrópole brasileira como resultante da atuação de duas forças: de um lado, a organização do processo de reprodução e acumulação de capital, em escala cada vez mais ampliada, que impõe seus efeitos sobre a estrutura urbana. De outro lado, figuram aqueles interessados no espaço enquanto valor de uso ou, como a autora caracterizou, aqueles que observam no espaço a condição de reprodução de sua vida e (por que não dizer?) de sua felicidade.

O trecho extraído de um trabalho em que se contrapõem estas duas visões bastante diferentes se apresenta como um bom meio de introduzirmos a segunda parte do trabalho. O cenário contrastante que resulta é sempre revelador, porque se mostra como área de atrito entre duas lógicas, dialeticamente articuladas no erigir cotidiano do espaço conforme seus interesses. Neste trabalho, o caminho ótimo a ser escolhido talvez fosse aquele análogo ao da autora supracitada.

Retratando estes atritos, poderíamos contrapor a cidade construída pelos indicadores sociais, conforme sua versão “oficial” oriunda do poder público e dos interesses do capital, àquela que pode ser erigida pelo cotidiano das classes menos influentes, segundo aquilo que realmente consideram como importante, além do modo como acreditam que se deva medir tais aspectos. Infelizmente, não será possível levar adiante, pelo menos por enquanto, uma empreitada de tal envergadura. Além de um desvio considerável em nosso objeto – o indicador social em si – é preciso notar a reduzidíssima tradição que o movimento popular ainda tem no envolvimento com esta temática. A Estatística, por exemplo, mesmo dentro do âmbito acadêmico, só a partir dos anos oitenta passou a contar com um razoável número de obras que se reportam à sua construção enquanto ciência⁴. De outra parte, as organizações populares parecem não ter se dado conta da importância do processo de representação da realidade via indicadores como objeto a ser posto em discussão, ficando em primeiro plano os resultados ou, no máximo, a discussão

⁴ Sobre esta produção, ver o balanço de Desrosières (1993), contido especialmente no subitem “Dos tipos de investigación histórica” (p.27), da Introdução.

deste ou daquele indicador⁵.

Mais modesto, o objetivo é, antes, o realce de uma das faces do processo de produção do espaço pelo Estado e agências privadas. Estamos propondo a observação do espaço como fruto de determinada racionalidade que visa o aperfeiçoamento do processo de acumulação de capital. Uma vez que esta premissa é admitida, então os indicadores sociais se convertem no resultado dos embates rumo ao estabelecimento de determinada hierarquia na observação do social. Jean-Louis Besson (1992) propõe que: “A formulação das questões e das respostas sugeridas tem grande importância, mas o essencial se concentra na conceituação preliminar do fenômeno: escolha de um fenômeno a estudar, elaboração de um esquema para analisá-lo. Dessa forma, o ‘fato’ apreendido é condicionado pelo questionamento” (p. 48).

Milton Santos (1996) se pergunta, à determinada altura de seu livro “A Natureza do Espaço”, se “seria possível um espaço racional” (p.290). Na linha de raciocínio, já desenvolvida pelo próprio autor, estamos respondendo afirmativamente, na medida em que propomos os indicadores como auxiliares na demarcação e no estabelecimento de tal espaço. Fica claro que não estamos falando num sentido geral de racionalidade – da capacidade de se tornar inteligível uma realidade a partir da razão – mas, antes, aquela já exaustivamente esmiuçada por Weber⁶, a submissão das esferas sociais aos critérios de decisão nascidos a partir da lógica capitalista. Uma modalidade específica de agir caracterizada por sua instrumentalização com vista a determinados fins funcionais à esta lógica.

Embora ultrapasse os objetivos do presente trabalho repassar exaustivamente o conceito de racionalização em Weber, é preciso apontar que o predomínio desta razão instrumental na modernidade envolve, segundo este mesmo autor, processos sociais e culturais fundamentais e altamente ramificados que sintetizam o espírito ao qual queremos associar o advento da adoção de indicadores sociais. Há, por exemplo, segundo Weber, um progressivo desencantamento do mundo advindo da sua reprodução intelectual, com a conseqüente tendência em observar tudo como um mecanismo causal, passível de ser controlado racionalmente. Da mesma forma, há uma crescente importância do conhecimento técnico, acompanhado do desenvolvimento de meios de controle não só da natureza, mas, igualmente, do próprio homem. Weber cita, ainda, a “objetivação e despersonalização do direito, da economia e da organização política do Estado, com o conseqüente recrudescimento da regularidade e da calculabilidade da ação nesses domínios” (OUTWAITE e BOTTOMORE, 1993:642).

⁵ O desemprego, ou a inflação ou a pobreza parecem ser os exemplos mais eloqüentes deste “desvio” de atenção. Há grande quantidade de energia despendida na defesa desta ou daquela metodologia, mas pouquíssima discussão se realmente estes são os objetos que devem ser construídos pelo movimento popular.

⁶ Sobre esta conceituação de racionalidade, ver especialmente as páginas 38 e 39 de Weber (1896) (*apud* COHN, 2004).

Sempre tendo em vista os objetivos deste artigo, estes aspectos destacados podem bem funcionar como uma acepção que resume a racionalização conforme descrita por Weber. Tornar mais claro o papel dos indicadores sociais dentro de um esquema que considere a produção do espaço como alvo da atuação deste tipo de racionalidade implica, portanto, observá-los – os indicadores sociais – como mais uma expressão (à moda de Weber), não só do triunfo desta racionalidade, mas também como a necessária expansão de sua lógica a todos os recônditos da vida social. Como o propõe Bernstein (1985):

Weber alegava que a esperança e a expectativa dos pensadores iluministas era uma amarga e irônica ilusão. Eles mantinham um forte vínculo necessário entre o desenvolvimento da ciência, da racionalidade e da liberdade humana universal. Mas, quando desmascarado e compreendido, o legado do Iluminismo foi o triunfo da racionalidade [...] proposital-instrumental. Essa forma de racionalidade afeta e infecta todos os planos da vida social e cultural, abrangendo as estruturas econômicas, o direito, a administração burocrática e até as artes [...] (apud HARVEY, 1989, p. 25).

Um outro autor que se dedica ao exame de tal racionalidade é Habermas (1968), ao pôr em questão a própria técnica em si. Para este autor, “Max Weber introduziu o conceito de ‘racionalidade’ para definir a forma da atividade econômica capitalista, do tráfego social regido pelo direito privado burguês e da dominação burocrática” (p. 45). O importante aqui é notar que esta concepção assume que as esferas sociais ficam crescentemente submetidas aos critérios de decisão racional. Inicia-se esta submissão, é óbvio, pela esfera do trabalho social, mas a esta se segue a penetração dos “critérios da ação instrumental” (1968:45) a qualquer outro âmbito da vida: a adoção do modo urbano de vida, a crescente tecnificação da comunicação, etc. O racional, portanto, converte toda e qualquer ação em meio com vistas a seus fins. Por conseguinte, são exatamente tais fins, em última instância, que irão na mesma medida estabelecer o critério do que é e do que não é racional⁷.

Ainda segundo Habermas (1968), tal avanço da racionalidade ocorreria por duas frentes: a primeira delas provinda “de baixo”, as estruturas tradicionais ou aquelas ainda não imbuídas desta lógica, que sofreriam pressão para se adaptarem às necessidades que a institucionalização das trocas comerciais, a compra e venda da força de trabalho e a instituição generalizada da empresa capitalista acabam impondo. Dentro do sistema de trabalho social ficam, assim, assegurados: (a) um processo cumulativo das forças produtivas e (b) uma extensão horizontal dos

⁷ Sobre este processo e de como Marcuse trata a racionalidade como uma forma de dominação política oculta, ver Habermas (1968), especialmente o capítulo 2.

subsistemas de atividade racional com respeito a um fim que é a sua consequência – embora ao preço de crises econômicas.

Por isso mesmo, as estruturas tradicionais se submetem cada vez mais às condições da racionalidade instrumental estratégica: a organização do trabalho e do comércio, a rede de transportes, informações e comunicações, as instituições de direito privado e, oriunda da administração financeira, a burocracia estatal (HABERMAS, 1968:65).

A segunda coerção, apontada por Habermas, exercer-se-ia “por cima”, ao nível ideológico, na medida em que

as tradições que legitimam a dominação e orientam a ação, em especial as interpretações cosmológicas do mundo, perdem seu caráter vinculante com a imposição da racionalidade teleológica. [...] Só assim surgem as ideologias em sentido estrito: substituem as legitimações tradicionais da dominação, ao apresentarem-se com a pretensão da ciência moderna e a partir da crítica às ideologias (1968:66).

Milton Santos (1996) dedica especial atenção apenas às considerações de Habermas quanto ao processo de adaptação provinda “de baixo”, na perspectiva de associá-lo ao estabelecimento das condições da racionalização do espaço e tendo em vista sua óbvia ligação com a expansão do capitalismo. É importante notar, porém, que Habermas, na obra citada, faz considerações à racionalização provinda “de cima”, também, na perspectiva de retratar a própria subordinação da ciência a este papel. No estabelecimento deste espaço racional, portanto, não estaria em jogo apenas um novo modo de apropriação e dominação da natureza, mas igualmente a possibilidade de sua perpetuação segundo a legitimidade que lhe precisaria ser conferida. A racionalidade não precisa apenas ser eficaz, mas (também) ser vista por todos como eficaz. Portanto, nos dois casos destacados – nas duas frentes nomeadas por Habermas – os indicadores sociais poderiam ser, perfeitamente, encaixados como um exemplo bastante eloquente desta racionalização do espaço, tendo em vista não só a necessidade da organização e adequação das ações de cada um dos agentes aos fins que esta racionalidade suscita, mas também a manutenção de uma coesão que só pode ser obtida se todos os atores da vida social observarem como racionais tais ações.

Karl Mannheim (1940), por sua vez, observa a racionalidade como passível de se manifestar sob duas formas. Em primeiro lugar, através do que denomina de racionalidade substantiva, que é a percepção inteligente das inter-relações dos acontecimentos de uma determinada situação. Neste caso, cada atuação se faz

tendo em conta um conhecimento sobre as ligações estruturais entre cada uma das atividades envolvidas. Em segundo lugar, aparece a racionalidade que Mannheim nomeia como funcional ou a organização de uma série de medidas com vistas à consecução de um objetivo previamente definido. Neste caso, todos os elementos dessa série de atos recebem uma proposição e um papel funcionais. Aproveitando, para ilustrar melhor, o exemplo dado pelo próprio autor: o soldado raso, por exemplo, realiza uma série de atos (racionalidade funcional) sem ter idéia do objetivo final de suas ações ou do papel funcional de cada ato individual dentro do todo (racionalidade substantiva) (MANHEIM, 1940:64).

As explanações deste sociólogo se fazem tendo em vista, justamente, o aumento desmesurado da racionalidade funcional em detrimento de uma perda contínua da racionalidade substantiva, em especial na sociedade dos países industrializados, que emergia na década de 1940. Vilmar Faria (1976), porém, prefere se deter bem pouco sobre este ponto de vista, digamos, menos otimista, para aproveitar tais reflexões no sentido de compreender a emergência dos indicadores sociais após a década de 1950:

Tendo-se em vista os objetivos de curto prazo, a demanda por indicadores sociais prende-se à necessidade de introduzir maior racionalidade funcional na formulação e implementação de políticas ligadas ao bem-estar social. Vista em termos mais abrangentes – quanto ao alcance e quanto ao horizonte de tempo – a produção de indicadores sociais liga-se à necessidade de aumentar a racionalidade substantiva, no sentido de que esta produção deveria decorrer de um entendimento melhor e mais amplo da natureza e do funcionamento da sociedade para que pudesse intervir de forma a corrigir as disfunções produzidas pela “racionalização parcial” decorrente do uso crescente da racionalidade funcional em esferas restritas e delimitadas. (p.278)

Argumentando da necessidade de observação dos indicadores sociais como um objeto técnico

De maneira geral, ainda que preservadas todas as contradições entre cada uma das interpretações sobre a expansão da racionalidade, se examinadas às minúcias, pode ser decantada uma preocupação comum a estes apontamentos. Fica patente, por exemplo, um interesse em retratar a instrumentalização da vida social através de sua subordinação à técnica e aos seus objetos, sejam eles concretos ou abstratos. Sendo, neste caso, a técnica caracterizada “pelos meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida”, produzindo e ao mesmo tempo criando espaço (SANTOS, 1996), e objeto técnico como sendo todo aquele objeto

passível de “funcionar como meio ou como resultado, entre os requisitos de uma atividade técnica” – numa conceituação de Seris (1994) à qual se filia Santos (SANTOS, 1996:35).

Assim, no retrato composto nas passagens anteriores, fica evidente a preocupação quase obsessiva desta racionalidade em estabelecer a homogeneidade, a previsibilidade, a adequação, a eficácia como os critérios de avaliação de qualquer ação. Estas serão as qualidades que presidem a construção deste espaço racional que se tentou compor. Um movimento originado a partir da técnica rumo à “perfectibilidade, impossível de ser alcançada pela natureza” (SANTOS, 1996:292).

Levando a análise dos indicadores sociais para este rumo, fica mais fácil equívarmo-nos de um debate – importante, é claro, mas inútil para este caso – em que a posse da informação é que se põe em relevo. O IBGE (1979), em 1979, propõe logo na introdução da Síntese dos Indicadores Sociais, por exemplo, que a utilização destes deve ser pensada no contexto de uma relação entre conhecimento e controle social. De forma análoga, Raffestin (1980), ao discorrer sobre os recenseamentos, aponta que estes permitem conhecer a extensão do recurso população, fixando-se na atenção sobre o número ou qualquer imagem dele decorrente, como o componente básico do domínio do Estado sobre qualquer grupo (p. 67). Esta perspectiva, porém, no caso dos indicadores sociais (ou de qualquer estatística referida ao espaço), tem acabado por eclipsar seu componente estratégico enquanto norteadores de um debate e, portanto, criadores da arena onde se trava a luta pela manutenção ou mudança nos interesses em cada intervenção sobre eles.

Retornando ao debate sobre a técnica: acostumamo-nos a pensar na coerção que seus objetos (os objetos técnicos) exercem sobre cada indivíduo ou sobre a sociedade. Mas cada objeto técnico não encerra esta coerção unicamente em seu uso, ou em sua posse. Sua atuação transborda estes âmbitos porque exige ações coerentes com sua presença. Desta relação surgem os “fatos sociais” tal como Durkheim (1895) os designa, ou seja, “uma determinada forma de agir que exerce poder sobre cada indivíduo” (p.3). Sobre isto, Bruseke (2001) aponta:

No sentido amplo podemos incluir neste conceito tanto os atos simbólicos, que são na sua essência imateriais, como os artefatos técnicos, nos quais se cristaliza, de certa forma, a vida coletiva. A força que estes artefatos técnicos exercem sobre os indivíduos é, nessa linha de interpretação, basicamente moral, apesar da impressão imediata de que se trata de uma coerção meramente física. Uma auto-estrada seria nesta perspectiva não exclusivamente uma faixa de asfalto que liga dois pontos num determinado território, mas a cristalização de um conjunto de regras sociais que forcem o homem, como motorista, por exemplo, a mostrar este ou aquele comportamento (p.155).

Assim, os indicadores sociais, ao mesmo tempo em que facilitam algumas ações, constroem outras. Do mesmo modo que viabilizam determinadas representações, dificultam outras. Da mesma maneira que aceleram alguns raciocínios acabam embotando outros.

Os indicadores não são, portanto, a mera técnica aplicada ao espaço. À moda da auto-estrada, do exemplo de Bruseke, não encerram dentro de si mesmos sua influência sobre os atores sociais, mas criam, ao serem percorridos pelas ações, um determinado espaço. Este é, em última análise, o ponto de vista defendido aqui.

Resumo: Este artigo procura abordar a reduzida reflexão sobre os indicadores sociais provinda da ciência geográfica. Este ambiente, na opinião do autor tem colaborado decisivamente para consolidar a observação dos indicadores como mera estatística referida ao social. Para auxiliar na constituição de uma atmosfera mais fecunda de reflexão este artigo propõe o aproveitamento de algumas importantes contribuições provindas da sociologia do conhecimento, sobre a racionalidade (e seu espaço), assim como a investigação das possibilidades da observação dos indicadores sociais como um objeto técnico.

Palavras-chave: Indicadores sociais, Geografia, racionalidade, objeto técnico.

GEOGRAPHY AND SOCIAL INDICATORS

Abstract: This article aims to approach the reduced reflection about social indicators proceeding from Geography. This ambient, in author's opinion, has collaborated definitively to consolidate the observation of social indicators as a simple statistics about social state. To assist the constitution of a more productive atmosphere of reflection, this article proposes utilizing some important contributions from sociology of knowledge, about rationality (and its space), as well the investigation about possibilities of social indicators observation as a technical object.

Keywords: Social indicators, Geography, rationality, technical object.

BIBLIOGRAFIA

BRUSEKE, Franz Josef. 2001. *A técnica e os riscos da modernidade*. Santa Catarina: UFSC.

CARLOS, Ana Fani A. 2001. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto.

COHN, Gabriel. 2004. *Weber*. 7.ª ed. São Paulo: Ática. Coleção "Grandes Cientistas Sociais".

DESROSIÉRES, Alain 2004 (1993). *La política de los grandes números*.

Barcelona: Melusina.

DURKHEIM, Émile. 2003 (1895). *As regras do método sociológico*. Lisboa: Martins Fontes.

FARIA, Vilmar. 1976. Desenvolvimento social e qualidade de vida: proposição de montagem de um sistema de acompanhamento de programas e projeto de natureza social. In: Seminário de Desenvolvimento Social. *Anais*. Bahia: Sudene/Setrabes.

HABERMAS, Jurgen. 1996. Reconciliação através do uso público da razão. In: *REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE*. n.º 57. São Paulo, Campinas: CEDES, dez.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1975. *Indicadores sociais I*. Documento apresentado ao Grupo Técnico Interministerial de Indicadores Sociais. Brasília: IBGE.

_____. 1989. *Estatísticas e indicadores sociais para a década de 90, textos para discussão*. n. 19. Rio de Janeiro: IBGE, Set.

_____. 1979. *Indicadores sociais*. Relatório. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. 1979b. *Síntese dos Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE.

HARVEY, D. 1993 (1989). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

MANNHEIM, Karl. 1940. *O homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.

MENDONÇA, Eduardo Luís de. 2000. *A pobreza no Brasil: medidas e sentidos*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ.

MILLÉO, José Carlos. 2005. *A utilização dos indicadores sociais pela geografia : uma análise crítica*. Tese de doutorado. Niterói : Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em <http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_busca/index.php>

OUTHWAIT, William & BOTTOMORE, Tom. 1993. *DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

RAFFESTIN, Claude. 1993 (1980). *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática.

SANTOS, Milton. 2002 (1996). *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP.